

FONTES PARA O ESTUDO DA ESCOLA PRIMÁRIA RURAL NO SUL DO ANTIGO MATO GROSSO (1940-1970)

Aline do Nascimento Cavalcante
Clóvis Irala
Alessandra Cristina Furtado

Resumo:

Este trabalho tem como objetivo analisar em que medida as fontes documentais das décadas de 1940 e 1970, localizadas em acervos públicos e arquivos escolares, vêm possibilitando o estudo da escola rural primária em Dourados e região. Essa delimitação temporal justifica-se, inicialmente, por sinalizar um período de desenvolvimento econômico do município de Dourados, e pelo fato da década de 1970 marcar um período de expansão da educação escolar na localidade, sobretudo, a partir da instalação de escolas primárias. Este trabalho baseia-se na pesquisa documental e bibliográfica, com um referencial teórico voltado para a História, História da Educação, entre outros. Apesar dos limites das fontes localizadas, elas trazem registros que possibilitam um conjunto de informações sobre a instalação e o funcionamento das escolas primárias rurais de Dourados e região.

Palavras chave: Dourados; Educação primária rural; Fontes documentais.

INTRODUÇÃO

Este texto faz parte das pesquisas que buscam analisar a educação rural no Sul do antigo Mato Grosso, mais precisamente, no município de Dourados e região. Para tanto, o presente trabalho tem como objetivo analisar em que medida as fontes documentais das décadas de 1940 e 1970, localizadas em acervos públicos e arquivos escolares de Dourados e região, vêm possibilitando o estudo da escola rural primária. A delimitação temporal entre as décadas de 1940 e 1970 justifica-se, inicialmente, por sinalizar um período de desenvolvimento econômico do município de Dourados, desencadeado, sobretudo, pela instalação da Colônia Agrícola de Dourados, mais especificamente em 1946, devido ao projeto de Getúlio Vargas de marcha para o Oeste. Tal desenvolvimento intensificou a expansão da educação escolar no município, principalmente, a partir da década de 1970, sobretudo, com a instalação e regulamentação de escolas primárias tanto no meio urbano quanto rural.

No município de Dourados, o desenvolvimento da educação não foi diferente do restante do Antigo Sul do Mato Grosso. Nesta parte do Estado, a educação desenvolveu-se lentamente, por vários motivos, dentre os quais se destacam a expansão territorial do estado. Houve um processo massivo de migração regional com pessoas oriundas,

especialmente, dos estados de Minas Gerais, Rio Grande do Sul, São Paulo e Bahia. O estado do Mato Grosso, considerado um estado de população rarefeita, atraía essas pessoas com propostas de terras férteis em grande quantidade, além das boas possibilidades de atividades extrativas. Com 528.451 habitantes, disseminados pelos seus 1.263.572 Km e uma população localizada nas cidades e vilas, a maioria dos moradores habitava áreas rurais. Assim, eram precários os meios de locomoção para o Mato Grosso, conforme documentação analisada – as estradas eram de chão, deixando o estado num relativo isolamento econômico, social e educacional.

Pesquisas de temas ligados à educação rural ainda são recentes no campo de estudo da História da Educação brasileira. Como aponta Bastos (2010, p. 7), ao prefaciar o livro “Educação Rural: práticas civilizatórias e institucionalização da formação de professores”, os estudos sobre “a educação rural e a formação de professores permite preencher uma lacuna historiográfica da História da Educação na América Latina e, especialmente, no Brasil”.

Essas produções são essenciais para operarmos com os referenciais teóricos e analisarmos as relações temáticas da Historiografia Educacional, produzindo um estudo baseado em jornais, cartas, arquivos escolares, e fontes documentais. Essas últimas, cabe aqui ressaltar, foram encontradas no Centro de Documentação Regional – CDR, nos arquivos escolares e no Laboratório de Documentação, História da Educação e Memória (LADHEME)/FAED/UFGD). Assim, as categorias de análise para este artigo recaem sobre os relatórios, mapas de professores e ofícios, o que nos permite lê-los como portadores de mensagens e informações sobre as escolas rurais. Assim, ao analisar tais documentos, buscamos aqui então, perceber, como era retratada a escola rural no discurso oficial em Mato Grosso no período de 1942, voltando-nos para o momento histórico e os efeitos discursivos nele produzidos, orientando esta pesquisa, pois, sob a perspectiva da Nova História Cultural.

Nas últimas décadas, a História da Educação Brasileira tem sido largamente influenciada pelas novas correntes historiográficas, oriundas da Escola Francesa, especialmente pela Nova História Cultural que “surgiu da emergência de novos objetos no seio das questões históricas como as formas de sociabilidade, as modalidades de funcionamento escolar, entre outros” (CHARTIER, 1990, p.14). Esses novos objetos e temas, novos problemas e procedimentos de análise se integraram à pesquisa em História da Educação, favorecendo outros caminhos para o seu estudo, como é o caso de

temas ligados à educação rural, com o recorte de temas de estudos sobre a história dessas instituições de ensino, sobre a formação de seus professores, profissão docente, entre outros temas. Neste estudo, pretende-se responder a seguinte indagação: em que medida as fontes documentais coletadas em diferentes lugares da memória, como arquivos escolares, acervos de Centro de Documentação e Museu Histórico, fornecem dados que permitem estudar e analisar a escola primária rural no Antigo Sul de Mato Grosso entre as décadas de 1940 a 1970?

Este trabalho tem como propósito, sobretudo, contribuir com a ampliação do campo de estudo da História da Educação sobre o Antigo Sul do Mato Grosso. Nesse sentido, pesquisas que contribuam para localizar e sistematizar dados e informações sobre determinados objetos de estudo vêm constituindo uma tarefa fundamental para a superação das limitações com as quais lidamos no Brasil, no tocante ao acesso e à conservação de fontes (CATANI; SOUSA, 1999).

A Escola Primária Rural no Antigo Sul do Mato Grosso: o Município de Dourados

O início da década de 1940 marcou um período de ampliação no número de escolas primárias rurais em Mato Grosso. Em linhas gerais, pode-se dizer que essa ampliação no número de escolas rurais esteve associada aos debates educacionais nacionais advindos das políticas do governo central, motivadas pelo ruralismo pedagógico. Como aponta Bresolin e Ecco (2008), foi a partir de 1930 que ocorreram mudanças educacionais significativas para as populações do campo, porque nesse período se consolidou a corrente de pensamento denominada de ruralismo pedagógico. Acrescenta-se a isso, ainda, que as preocupações com a educação no meio rural continuaram nas décadas seguintes aos anos de 1930. Werle (2007), em seu livro “Educação Rural em Perspectiva Internacional”, assinala que o 8º Congresso Brasileiro de Educação, ocorrido em Goiânia, no estado de Goiás, em 1942, tinha como uma de suas pautas a educação primária rural. De acordo com a autora, neste momento, discussões anteriores acerca da questão foram sintetizadas da seguinte forma:

A educação rural foi discutida sob diferentes enfoques e sua valorização inspirou debates em várias das conferências nacionais de educação. A importância da educação rural, a vinculação da escola e seu meio, a formação pedagógica docente associada a conhecimentos de educação sanitária, higiênica e agrícola, eram debates que vinham, portanto, se configurando desde o 1º Congresso de 1927. (WERLE, 2007, p.161).

Para demonstrar o aumento desse modelo de ensino em 1942, apresentamos o número de escolas isoladas rurais e como estas estavam distribuídas:

Tabela 1 – Localidade das escolas rurais em MATO GROSSO, 1942.

Número	Cidade/Localidade	Quantidade
1	Cuiabá	38
2	Diamantino	3
3	Rosário do Oeste	16
4	Livramento	11
5	Poconé	11
6	Cáceres	12
7	Mato-Grosso	4
8	Santo Antônio	21
9	Corumbá	7
10	Miranda	3
11	Bela-Vista	3
12	Aquidauana	4
13	Porto-Murtinho	4
14	Nioaque	1
15	Herculânea	9
16	Campo-Grande	12
17	Paranaíba	4
18	Ponta-Porã	3
19	Poxoréu	5
20	Três-Lagoas	4
21	Entre-Rios	2
22	Guajará-Mirim	6
23	Araguaiana	7
24	Lageado	2
25	Maracaju	2
26	Alto-Madeira	3
TOTAL		200

Fonte: Tabela elaborada a partir dos dados do Relatório do Diretório Geral da Instrução Pública Professor Francisco A. Ferreira Mendes.

Os dados da tabela acima indicam que o número de escolas primárias rurais estava distribuído em diferentes partes do Estado, de forma diferenciada, pois havia municípios com uma concentração maior de escolas quando comparados a outros. Um bom exemplo pode ser observado em relação ao número de escolas primárias rurais na capital Cuiabá, que possuía 38 escolas, enquanto o município Nioaque tinha apenas 1 escola instalada. Ao observarmos os dados, convém, ainda, considerar que no Antigo Sul de Mato Grosso, os municípios que tinham mais escolas primárias rurais eram Campo Grande, contando com 12 escolas e Corumbá, com 7 escolas. Vale lembrar que nesse período de 1942, Dourados não recebeu a instalação de nenhuma escola primária rural, e o município mais próximo da localidade a receber a instalação dessa escola foi Entre Rios (atual Rio Brillhante).

Foi com as transformações ocorridas no espaço urbano de Dourados, devido ao progresso motivado pela colonização, que ocorreram mudanças significativas na área da educação, com a criação da Colônia Agrícola Nacional de Dourados – CAND, que acabou por incentivar a oferta de instrução e a atuação federal na região de Dourados na construção de escolas, entre elas, as escolas primárias rurais. A esse respeito, Gressler e Swensson (1988, p. 100) registraram que, em 1946, o Decreto Municipal nº 70 estabelecia o regulamento da Colônia Agrícola Municipal de Dourados e, no seu art. 22, determinava a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória. Além disso, o artigo 38 estabelecia multa de Cr\$ 100,00 para pais de menores não frequentes e “comparecimento intermédio da autoridade policial”.

De fato, as Mensagens de Governadores, na década de 1950, quando a Colônia Nacional Agrícola de Dourados já estava em pleno funcionamento na parte Sul de Mato Grosso, permitem-nos observar os reflexos propiciados para a área da educação rural nessa região, conforme revelam os dados da tabela seguinte.

Tabela 2 – Relação das Escolas Rurais Primárias do estado de Mato Grosso, em 1955.

Municípios	Quantidade	Municípios	Quantidade
Amambaí	23	Jardim	03
Acorizal	24	Ladário	01
Alto Garças	02	Mato Grosso	08
Arenópolis	02	Maracajú	04
Alto Araguaia	13	Miranda	14
Alto Paraguai	09	Nioaque	06
Aquidauana	20	Nortelândia	02
Aparecida do Tabuado	04	Nossa Senhora do Livramento	40
Barão de Melgaço	11	Ponte Branca	02
Barra do Garças	17	Porto Murtinho	11
Bonito 12	12	Ponta Porã	35
Barra do Bugres	05	Poxoréu	33
Bela Vista	22	Poconé	58
Chapada dos Guimarães	38	Paranaíba	26
Corguinho	02	Rochedo	08
Coxim	25	Rondonópolis	06
Camapuan	06	Ribas do Rio Pardo	03
Cáceres	38	Rio Brilhante	17
Campo Grande	59	Rosário Oeste	73
Corumbá	33	Rio Verde de Mato Grosso	05
Diamantino	16	Santo Antonio do Leverger	60
Dourados	65	Sidrolândia	03
Itaporã	03	Torixoreu	01
Itiquira	01	Tesouro	02
Jaraguai	07	Terrenos	02

Fonte: Mensagem de governo do estado (Mato Grosso – APMT, 1955).

Os dados apontam um número significativo de escolas rurais concentradas no município de Dourados, quantidade essa que superava, em termos quantitativos, o número dessas instituições em municípios como Santo Antônio de Leverger (60

escolas), Nossa Senhora do Livramento (40 escolas) e Poconé (58 escolas). Em realidade, o município de Dourados, de acordo com os dados, era superado, somente, por Cuiabá (108 escolas) e Rosário Oeste (73 escolas), municípios que possuíam a maior quantidade de escolas rurais. Certamente, o crescimento no número de escolas rurais em Dourados, nos anos de 1950, pode ser explicado pela instalação da CAND, no final da década de 1940, uma vez que os dirigentes da Colônia apresentavam uma preocupação com a instrução primária dos filhos dos colonos, conforme assinalado anteriormente. Seus artigos previam a oferta de “instrução primária” gratuita para os filhos de colonos, com frequência obrigatória.

O projeto de colonização idealizado pelo governo de Getúlio Vargas estabelecia-se, e dentre suas políticas estava a criação da CAND, criada em 1943 pelo decreto-lei nº 5.941, de 28 de outubro, na parte Sul do estado de Mato Grosso. Porém, a sua real implantação somente ocorreu em 20 de julho de 1948, quando da demarcação, pelo governo federal, por meio do decreto-lei nº 87, dos seus limites, com a reserva de uma área não inferior a 300.000 hectares (PONCIANO, 2006). A esse respeito Ponciano (2001, p 44-45) afirma, ainda, que foi “somente quando os limites dessa colônia foram demarcados pelo Presidente Eurico Gaspar Dutra, que a CAND foi implantada de fato”.

Muitas famílias se deslocaram para a Colônia, atraídas pelas propagandas emitidas pelo governo Vargas nos veículos de comunicação oficial, ou por informações de familiares e amigos que, ao tomarem conhecimento da doação dessas terras, apressavam-se em avisar suas famílias. Para ocupar as terras da CAND, vieram migrantes de quase todas as regiões, principalmente, do Nordeste. À época, também vieram imigrantes de países da América Latina, Europa, Ásia e Japão. A CAND estabeleceu a demarcação de trezentos mil hectares em duas etapas: na primeira foram distribuídos 2.232 lotes de 30 hectares e, na segunda etapa, 6.500 lotes rurais e 6.832 lotes urbanos. A distribuição dos lotes da Colônia seguiu alguns critérios: eram doados para cidadãos brasileiros, maiores de 18 anos, que se declarassem pobres e que se comprometessem a morar nos lotes rurais. Não poderiam “ser vendidos, hipotecados, alugados, permutados, alienados ou transferidos, antes da expedição do título definitivo de posse” (OLIVEIRA, 2013, p.95). No processo de ocupação da Colônia foi exigida certa iniciativa dos colonos, tendo em vista que era necessário um espírito desbravador por parte deles, já que tinham que entrar na área e iniciar as roças por meio da abertura

de picadas, estradas e demarcações dos lotes, isentando o governo dos gastos para tal tarefa.

A implantação da CAND, porém, não proporcionou, para o município de Dourados, apenas, a expansão demográfica decorrente do povoamento dos “espaços vazios” da localidade, mas trouxe, também, transformações econômicas, políticas, culturais e sociais. Essas mudanças aceleraram o desenvolvimento urbano com a instalação, a partir de 1950, de hospitais, bancos, cinema, clubes, linha telefônica; ampliação do comércio, loteamentos imobiliários; a criação de associações de classe e, também, de mais escolas.

Antes da colonização desencadeada pela Marcha para o Oeste, a educação crescia lentamente em Dourados. No início, a educação acontecia nas fazendas da região e/ou nas próprias casas dos professores e alunos. Somente na década de 1930 é que se registra, na cidade, a criação de escolas na área urbana, com a criação de instituições de ensino como a Escola Reunida das Professoras Ernani Rios e Antônia Cândido de Melo, a Escola Moderna (escola ativa com método visual-auditivo), a Escola do professor Laucídio Paes de Barros, a Escola do Professor Gonçalo e a escola da Professora Antônia da Silveira Capilé. (FERNANDES; FREITAS, 2003). Em 1939 foi instalada a primeira escola confessional, com turmas de 1ª a 4ª série, em 06 de abril, a “Escola Erasmo Braga”, em Dourados.

Ao prosseguir na análise do papel desencadeado pela colonização na educação em Dourados, é oportuno registrar que entre o final dos anos de 1940 e a década de 1950 foram criadas escolas importantes na cidade: o primeiro Grupo Escolar, “Joaquim Murtinho”, a Escola Paroquial “Patronato de Menores”, as primeiras escolas de ensino secundário, o Colégio “Osvaldo Cruz”, a Escola “Imaculada Conceição” Irmãs Franciscanas e o Colégio Estadual “Presidente Vargas”.

Fontes para o estudo da Escola Primária Rural no Antigo Sul de Mato Grosso: o caso do município de Dourados e região

Nos acervos públicos e nos arquivos escolares encontram-se registros de diferentes naturezas e espécies, que, muitas vezes, fazem parte de uma memória “perdida”, esquecida, porém, uma memória que representa um passado de escolarização, com características próprias da instituição escolar. Esses registros

documentais tornam-se, diante do olhar dos pesquisadores em História da Educação, fontes fundamentais para o estudo dos processos de escolarização, da história das instituições escolares, da cultura escolar, entre outros aspectos. As fontes estão na origem. De fato, elas constituem “no ponto de partida, a base, o ponto de apoio da construção historiográfica que é a reconstrução, no plano do conhecimento, do objeto histórico estudado. [Ou seja], nelas que se apoia o conhecimento que produzimos a respeito da história” (SAVIANI, 2004, p. 5).

Neste trabalho, a busca pela documentação foi desenvolvida, pelos pesquisadores, nos arquivos das escolas, no Museu Histórico Municipal de Dourados e nos acervos do Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados. O processo foi iniciado por meio de um levantamento da documentação existente. Posteriormente, os documentos foram catalogados, separados e classificados segundo sua natureza, e organizados de acordo com suas respectivas temáticas e ordem cronológica.

As investigações empreendidas até o momento nos arquivos do Centro de Documentação Regional permitiram registrar e catalogar documentos/fontes como: reportagens sobre o ensino, decretos, regulamentações, quadro curricular, currículos de professores, nomeações de professores, lista de professores, diplomas e portarias, atas de resultados finais, lista das escolas rurais de Dourados, Histórico de Implantação das Escolas Rurais, entre outros.

Para dar forma às discussões deste texto, foram selecionados alguns documentos dos lugares da memória pesquisados, como poderá ser observado nos quadros, mensagens e reportagens jornalísticas relacionadas às fontes acerca dos arquivos escolares e das instituições de ensino.

Quadro 1 – Relação dos Documentos das Escolas encontrados de 1940 a 1974

Relatórios dos Presidentes da Província e Governadores do Estado de Mato Grosso
Relatório Geral de Instrução Pública do Estado de Mato Grosso de 1942
Relatório de Atividade Mensal da Supervisão Regional de Educação à DRE da Escola Geraldino Neves Correa
Mapa Escolar do Departamento de Educação e Cultura do Estado da Escola Geraldino Neves Correa
Decretos e Mensagens de Governadores de Estado

Fotos das fachadas da Escola Geraldino Neves Correa
Termos de matrículas da Escola Geraldino Neves Correa
Atas dos resultados finais da Escola Geraldino Neves Correa
Diplomas e Portarias da Escola Geraldino Neves Correa
Certidões de nascimento de ex-alunos e Matrículas de ex-alunos das duas escolas
Recortes de jornais do “O Progresso”, “O Douradense”
Diplomas de professores e ex-alunos das duas Escolas pesquisadas
Lista dos nomes dos diretores – 1958-1974 da Escola Estadual Presidente Vargas
Ofícios da Escola Rural Geraldino Neves Correa
Decretos Municipais da Escola Geraldino Neves Correa
Cópia da planta da escola Geraldino Neves Correa
Escritura pública de doação do terreno da escola rural Geraldino Neves Correa
Histórico da implantação das escolas rurais
Lista das escolas rurais de Dourados
Quadro curricular do ensino fundamental da escola Geraldino Neves Correa
Mensagens de Governadores
Fotografias da Escola Geraldino Neves Correa 1955

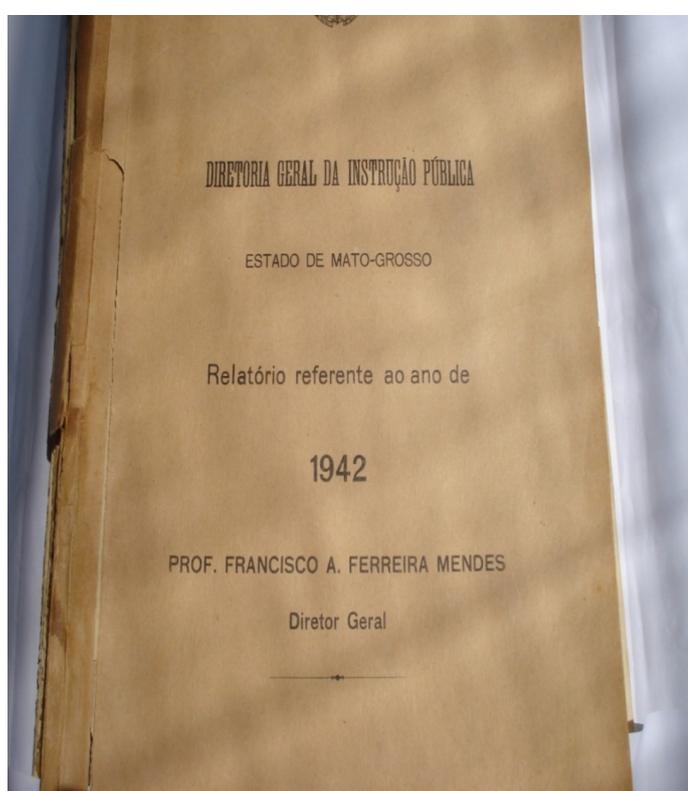
Fonte: Quadro construído a partir dos documentos/fontes encontrados no Centro Documental Regional (CDR); nos arquivos da Escola Geraldino Neves Correa; acervos particulares de ex-professores e ex-alunos; do Jornal “O Progresso” e “O Douradense” e Museu da cidade de Dourados/MS.

O quadro acima nos permite observar que, no período compreendido entre 1940 e 1970, a documentação coletada nos diferentes lugares da memória apresenta um número significativo de documentos de diferentes natureza e espécie, de caráter histórico, administrativo, pedagógico e iconográfico sobre a escola primária rural de Dourados e região. Trata-se de uma documentação que traz informações sobre instalação da escola, sobre as disciplinas ministradas, sobre os discentes, o perfil dos docentes, o currículo escolar, a relação da instituição com o poder público e as reivindicações que circularam nos jornais de Dourados e região, entre outros.

O Relatório Geral de Instrução Pública do Estado de Mato Grosso do ano de 1942 é um bom exemplo para compreender os tipos de fontes localizadas e coletadas nesses lugares da memória, as quais permitem analisar a escola primária rural em Mato Grosso, e no caso específico deste estudo, uma escola de um município do Sul de Mato Grosso, o de Dourados.

No Relatório Geral da Instrução Pública do Estado, em 1942, o relator o professor Francisco A. Ferreira Mendes, após seis anos no cargo de Diretor Geral da instrução pública, em seu discurso, afirma que o governo sempre tratou o ensino primário, como assunto importante em seus aspectos sociais e pedagógicos. Aborda as questões dos edifícios dos estabelecimentos de ensino primário, dos Grupos Escolares, Escolas Reunidas, cursos noturnos, escolas urbanas, e escolas isoladas rurais, diferentemente de períodos anteriores onde a escolarização rural foi citada apenas em três momentos nos documentos oficiais do Mato Grosso, durante a Primeira República.

Figura 1 – Cópia da capa do Relatório do Diretório Geral da Instrução Pública Professor Francisco A. Ferreira Mendes



Fonte: CDR-Centro de Documentação Regional/UFGD

Este Relatório, referente ao ano de 1942, elaborado pelo professor Francisco A. Ferreira Mendes, diretor geral de instrução pública do Estado de Mato Grosso se constitui em uma importante fonte de pesquisa para a História da Educação, pois ele traz o discurso oficial em relação à educação. Assim, pode-se dizer que a legislação relacionada à educação se constitui como fonte histórica documental da mais alta importância para se produzir conhecimento histórico educativo.

Todavia, não basta analisar a legislação de forma mecânica, ou seja, a lei pela lei, sem (ou somente) estabelecer ligações entre o poder político hegemônico, sem fazer,

como aponta Le Goff (1994, p. 545): “o documento não é qualquer coisa que fica por conta do passado, é um produto da sociedade que o fabricou segundo as relações de forças que aí detinham o poder (...)”. Desse modo, os documentos, enquanto produções humanas podem expressar interesses pessoais, muito mais do que a realidade concreta, e, nesse caso, o pesquisador corre o risco de tomar uma realidade desejada como algo realizado. Afinal, cabe ao pesquisador o trabalho de conferir validade, coerência, lógica e unidade, nos documentos pesquisados, estabelecendo relações com outros documentos e acervos, para compreender os limites destas fontes. Apesar dos limites, as fontes trazem registros de caráter pedagógico, administrativo e histórico, que possibilitam um conjunto de informações para a formulação de pesquisas, interpretações e análises sobre as escolas primárias rurais do município de Dourados.

Ao longo deste trabalho foi possível constatar que os documentos depositados, selecionados e reunidos nos lugares da memória, como os arquivos escolares, o Centro de Documentação Regional e o Museu Histórico Municipal de Dourados se constituem em fontes importantes para a compreensão da história do ensino primário rural no município de Dourados e região, uma vez que trazem informações sobre a educação escolar primária rural, quanto à organização da instrução pública no município e em seu entorno, e quanto ao funcionamento e a organização das instituições de ensino.

REFERÊNCIAS

AMIGUINHO, Abílio. *Educação em meio rural e desenvolvimento local*. Ver. Port. De Educação, 2005, vol. 18, n. 2 p. 07-43 ISSN 0871-9187. Disponível em: <http://www.Scielo.gov.br>. acesso em 0/02/2013.

ARROYO, Miguel Gonzáles. **Por uma educação do campo**. In ROSELI Salete Caldart, Mônica Castagna Molina (organizadores). 3. ed. – Petrópolis RJ: Vozes, 2008.

AZEVEDO, Fernando. O problema da educação rural. In: **A educação e seus problemas**. 4 ed. Tomo I. São Paulo: Edições Melhoramentos. (Obras Completas, v. VIII), 1965, p. 33 - 52.

BAUAB. Maria Aparecida Rocha. **O Ensino Normal na Província de São Paulo 1846-1889**. Tese (Doutorado em Educação). Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. São José do Rio Preto.

BRAZIL. Maria do Carmo; MANCINI. Ana Paula Gomes. **História das Instituições formadoras de Professores na Fronteira Brasil-Paraguai: o caso de Dourados Mato Grosso (uno) 1940-1970**, Rev. Teoria e Prática da Educação, v. 15, n. 1, p. 123-136, jan./abr. 2012.

CAMPOS, Raquel Discini. No rastro de velhos jornais: considerações sobre a utilização da imprensa não pedagógica como fonte para a escrita da história da educação. *In: Rev. bras. hist. educ.*, Campinas-SP, v. 12, n. 1 (28), p. 45-70, jan./abr. 2012.

CHARTIER, Roger. **História cultural**: entre práticas e representações. Trad. Maria Manuela Galhardo. Lisboa: DIFEL; Rio de Janeiro: Bertrand Brasil. (Memória e Sociedade), 1990.

COSTA, Célio Juvenal, MELO José Pereira & FABIANO, Luiz Hermenegildo. **Fontes e métodos em história da educação**. Dourados, MS: ed. UFGD, 2010. 350p.

FONSECA, Thais Nívia de Lima. História da Educação e História Cultural. In VEIGA, Cyntia Greive; FONSECA, Thais N. de L. e Fonseca. (Orgs) **História e Historiografia da Educação no Brasil**. Belo Horizonte: Autêntica/CNPQ, 2008. p. 49-75.

FONSECA, Maria Teresa Lousa da. **A extensão rural no Brasil: um projeto educativo para o capital**. São Paulo: Loyola, 1985.

FURTADO, A. C.; PINTO, Adriana Aparecida. Nos Caminhos da Pesquisa em História da Educação: imprensa periódica e arquivos escolares em Mato Grosso. **Revista Teoria e Prática da Educação**, v. 14, p. 47-59, 2011.

GRESSLER, Lori Alice, SWENSSON, L.J. **Aspectos históricos do povoamento e da colonização do Estado de Mato Grosso do Sul**: destaque especial ao município de Dourados. Dourados: L.A, 1988.

LEITE, Sérgio Celani. **Escola Rural**: urbanização e políticas educacionais. São Paulo: Cortez, 2002.

MAGALHÃES, Justino. Um apontamento metodológico sobre a história das instituições educativas. In: **Práticas educativas, culturas escolares, profissão docente**. II Congresso Luso-Brasileiro de História da Educação, 1998.

MATO GROSSO. **Mensagem apresentada pelo Interventor Federal Júlio Strubing Muller ao Excelentíssimo Presidente da República Sr. Dr. Getúlio Vargas, em 1942**. Imprensa Oficial. Cuiabá, 1942. Arquivo Público de Mato Grosso Centro de Documentação Regional da Universidade Federal da Grande Dourados.

OLIVEIRA, Regina Tereza Cestari de; GONÇALVES, Arlene da Silva. A educação primária em Mato Grosso: o grupo escolar Joaquim Murtinho, em Campo Grande, sul do estado (1910-1950). IN: SÁ, Elizabeth Figueiredo de; SÁ, Nicanor Palhares. (Orgs). **Revisitando a história da escola primária: os grupos escolares em Mato Grosso na primeira república**. Cuiabá: EDUFMT, 2011. p. 89-108.

PINSKY, Carla Bassanezi (Org.). **Fontes Históricas**. 2 ed. São Paulo: Contexto, 2010.